

## **BOLETIM 245**

**Brasília, 9 de novembro de 2016**

# **CONTRICOM realiza, hoje, em Brasília, última reunião da Diretoria do ano**

A CONTRICOM realiza, hoje, a última reunião da Diretoria do ano, em sua sede nacional, em Brasília (DF). A direção da entidade, entre outros assuntos, discutirá o relatório dos diretores residentes e não residentes, a previsão orçamentária para 2017, mudanças estatutárias, a filiação ou não a uma Central Sindical e o calendário de reuniões para o próximo ano.

Já o Conselho de Representantes, prevista para amanhã (10) discutirá a previsão orçamentária para 2017, o relatório dos diretores residentes e não residentes, mudanças estatutárias e outros assuntos de interesse da entidade.

Segundo o presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho, “como é a última reunião do ano, teremos a oportunidade de fazer um balanço de nossas atividades ao longo deste ano e traçar os rumos da CONTRICOM para 2017”.

Mazinho avalia que “2016 foi um ano difícil para os trabalhadores de nossa categoria, em razão da recessão econômica e da grave crise de desemprego que ainda nos afeta, mas também foi um período de muitas lutas e no qual consolidamos, na Justiça, a decisão de que a



***A Diretoria da CONTRICOM abriu seus trabalhos hoje logo cedo em Brasília***



***Antonio Lopes, Raimundo Brito e Evilásio Lopes, do Conselho Fiscal, reunidos na sede da entidade***

CONTRICOM é a única e verdadeira representante. Mazinho informa que “vamos discutir questões estatutárias e aproveitar para debater a crise que nos atinge e reafirmar nossas propostas para a retomada do crescimento econômico e da empregabilidade do setor”.

CONSELHO FISCAL – Nos dias 7 e 8 de novembro, antes da reunião da Diretoria, o Conselho Fiscal se reuniu, na sede da CONTRICOM, para analisar a previsão orçamentária e os documentos contábeis para apresentar seu parecer à direção da entidade.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



## IPEA vê crescimento do desemprego entre os jovens de até 24 anos

No atual contexto de crise econômica, o ingresso no mercado de trabalho está mais complicado para os jovens que têm entre 14 e 24 anos. Para essa faixa etária, o crescimento do desemprego foi mais acentuado na comparação entre o primeiro semestre deste ano e o de 2015. O dado é do 61º Boletim Mercado de Trabalho divulgado nesta terça-feira (8) pelo Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo analisa o mercado de trabalho no primeiro semestre deste ano.

De acordo com o boletim, a taxa de desemprego para quem tem entre 14 e 24 anos passou de 19,3% no primeiro semestre de 2015 para 26,5% no mesmo período de 2016.

O estudo mostra ainda que, em geral, a taxa de desemprego no primeiro semestre de 2016 ficou em 11,1%, 3 pontos percentuais acima do verificado para o primeiro semestre de 2015, quando registrou 8,1%.

Quando o dado é desagregado por regiões, a Nordeste apresentou as maiores taxas de desemprego no primeiro semestre de 2016, chegando a 13%. Na comparação com o mesmo semestre do ano anterior, o maior crescimento foi registrado na Região Sudeste, cuja taxa de desemprego passou de 8,1% para 11,5%, uma variação de 3,4 pontos percentuais.

O boletim do Ipea faz uma análise do mercado de trabalho a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Sindicatos** - No lançamento do boletim, o técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, André Gambier Campos, apresentou dados sobre os sindicatos no país. Atualmente, o país registra 11 mil sindicatos de trabalhadores, sendo 73% da área urbana e 26% da área rural. Por região, a concentração é maior no Sudeste e no Nordeste.

“O sindicato médio no Brasil, além de ter uma base territorial pequena e uma base social restrita, ele também conta com poucos recursos para se organizar e se mobilizar”, disse Gambier.

*Fonte: Portal EBC*

## STF pode julgar hoje validade da terceirização de mão de obra

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode começar a julgar hoje (9) a validade da contratação de trabalhadores terceirizados para a atividade-fim das empresas privadas. O tema é um dos mais polêmicos que envolvem patrões e empregados e pode mudar a atual forma de contratação direta de funcionários em todo o país.

A ação em que a terceirização será discutida é relatada pelo ministro Luiz Fux e está na pauta de julgamento da sessão de hoje à tarde. No entanto, não há confirmação de que o processo será chamado para julgamento. Está prevista uma homenagem a um ex-integrante da Corte e a finalização de um julgamento pendente da última sessão.

Atualmente, uma regra editada em 1994 pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) proíbe que empresas terceirizem sua atividade-fim por meio da contratação de outra que forneça a mão-de-obra para a realização de um determinado serviço.

Dessa forma, uma empresa não pode tomar os serviços de outra para contratar funcionários ligados à atividade-fim, ou seja, referente à sua área de atuação, com o objetivo de reduzir custos e não criar vínculo trabalhista.

Na época, ao barrar a terceirização da atividade-fim, o TST entendeu que deveria assegurar a igualdade de condições de trabalho e de salários dos terceirizados e dos efetivos, mesmo diante de uma lei que a proíba explicitamente.

A regra é contestada no Supremo por uma empresa do ramo de celulose, que foi condenada na Justiça do Trabalho por contratar funcionários terceirizados. A regra do TST foi aprovada porque, até o momento, nenhuma lei foi aprovada no Congresso para liberar ou impedir a terceirização.

A atividade-meio já é autorizada pela Justiça trabalhista, como serviços de limpeza e vigilância.

*Fonte: Agência Brasil*

## Paim pede ao STF que não tome decisão sobre terceirização e aguarde Senado



O senador Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo à presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Carmen Lúcia, para que não coloque em pauta o recurso contra a súmula que trata da terceirização. A súmula, do Tribunal Superior do Trabalho, responsabiliza o Estado pelos créditos trabalhistas não pagos por empresas contratadas aos funcionários. Esse mesmo documento proíbe a terceirização de tarefas ligadas à atividade-fim das empresas.

- A minha preocupação é de que o Supremo venha, mais uma vez, legislar sobre um tema de projeto em debate. Podemos ter posições divergentes, mas estamos debatendo. Então eu venho à tribuna pedir para a presidenta do Supremo de que essa matéria não seja pautada - pediu.

O senador, que é relator de projeto sobre a terceirização no Senado, disse ter feito mais de 50 audiências públicas sobre o tema em todos os estados do Brasil, com todos os setores envolvidos. Paim informou que seu relatório está quase pronto e poderá ser votado em breve. Para ele, o Supremo deveria fixar um prazo para que o



Congresso decidisse sobre o tema. Se isso não ocorresse, aí sim, o STF poderia decidir.

Para o senador, ampliar a terceirização seria um retrocesso. Paim lembrou que a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho já se pronunciou contra a terceirização. Paim disse que uma decisão contra a súmula pode fazer com que os trabalhadores terceirizados fiquem ainda mais fragilizados do que já são.

*Fonte: Agência Senado*

## **Audiência pública revela divergências em relação a efeitos sociais da PEC do Teto**

A última audiência pública antes da votação da PEC do Teto dos Gastos Públicos (PEC 55/2016) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) destacou, mais uma vez, as profundas divergências em relação aos potenciais efeitos da proposta, especialmente na área social. O debate promovido pela CCJ e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) durou mais de cinco horas.

A PEC será votada pela CCJ em reunião nesta quarta, às 10h, e se aprovada seguirá para exame do Plenário do Senado.

Falaram a favor da proposta de limitar os gastos federais por 20 anos o assessor especial do Ministério da Fazenda Marcos Mendes e o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Samuel Pessôa. Os professores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Pedro Paulo

Zahluth Bastos e Guilherme Santos Mello falaram contra a PEC.

Os debatedores favoráveis à PEC garantiram que a medida não traz prejuízo para os mais pobres. Marcos Mendes, que apontou "mitos" em relação à proposta, disse que a PEC é caminho para recuperar a economia e reduzir desemprego. Samuel Pessôa ressaltou que muitos dos que hoje se opõem a PEC do Teto já foram contra o Plano Real e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Para os críticos, a PEC tem caráter "injusto e antidemocrático" e representa uma ameaça às conquistas sociais da Constituição de 1988. Pedro Zahluth criticou a intenção da proposta de carrear os excedentes de arrecadação para pagamento dos juros e encargos da dívida pública. Guilherme Mello observou que ninguém defende "gastar tresloucamente", mas avaliou como inadequado o tratamento dado pela PEC, com consequências negativas nos serviços públicos e nos investimentos, enquanto a questão tributária segue inalterada.

*Fonte: Agência Senado*

## **Produção industrial cresce em nove locais em setembro**

A produção industrial cresceu em nove dos 14 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na passagem de agosto para setembro deste ano. O principal avanço registrado pela Pesquisa Industrial Mensal ocorreu no Espírito Santo, que teve alta de 9% na produção.



Outros locais que tiveram crescimento acima da média nacional (0,5%) foram Minas Gerais (2%), São Paulo (1,6%), Rio Grande do Sul (0,7%) e região Nordeste (0,6%). Completam a lista de locais com alta na produção o Amazonas (0,5%), Pará (0,5%), Rio de Janeiro (0,5%) e Pernambuco (0,2%).

Dois estados mantiveram em setembro o mesmo nível de produção do mês anterior: Paraná e Santa Catarina. Três estados tiveram queda: Goiás (-3,3%), Ceará (-1,9%) e Bahia (-1,6%).

*Fonte: Agência Brasil*

## **Custo de vida sobe 0,37% em SP em outubro**

O custo de vida na cidade de São Paulo subiu 0,37% em outubro na comparação com o mês anterior. O aumento se deve principalmente aos grupos transporte e habitação. O primeiro teve aumento de 1,44% no período, puxado pelos reajustes nos preços do álcool e da gasolina. O segundo, subiu 0,73%, influenciado pelo aumento no preço do botijão e do telefone. O índice foi divulgado nesta terça-feira (8) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Dentre os dez grupos que compõem o índice, houve aumento em cinco deles (habitação, equipamento doméstico, transporte, saúde e despesas diversas), queda em quatro (alimentação, que caiu apenas -0,01%, vestuário, recreação e despesas pessoais) e um deles se manteve estável no mês (educação e leitura).

*Fonte: Agência Brasil*

## **Temer avalia que país retomará a geração de empregos em 2017**

Em discurso a empresários, o presidente Michel Temer destacou que o poder público precisa da iniciativa privada. Afirmou que essa relação é fundamental para a retomada do crescimento da economia e que o governo vai desmontar, o que chamou de “ciclo perverso” se referindo à crise financeira.

O presidente acredita que no 2º semestre do ano que vem o país retome o emprego. A afirmação foi feita no Seminário “Infraestrutura e Desenvolvimento do Brasil”, organizado pela Confederação Nacional da Indústria.

Temer também lamentou, o que chamou de desrespeito às instituições, fazendo uma referência à ocupação estudantil de escolas, universidades e institutos. E criticou.

Temer também tratou de temas como a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que define um teto para os gastos públicos, geração de emprego, retomada de obras atrasadas e reforma da Previdência.

E agradeceu o apoio do Congresso Nacional na aprovação de medidas prioritárias para o governo, como a PEC que foi aprovada na Câmara dos Deputados e agora está no Senado.

Esta semana, o governo anunciou a retomada de 1.600 obras paradas ao custo de R\$ 2 bilhões. A estimativa do Executivo é de que sejam gerados aproximadamente 45 mil empregos com a medida.

*Fonte: Portal EBC*

## Mesmo se empresa for fechar, demissão em massa deve ser acordada com sindicato

Demissão em massa deve ser acordada antes com sindicato, mesmo que a empresa não tenha mais condições de seguir com suas atividades. É o entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, que condenou uma empresa paranaense especializada na fabricação de equipamentos para usinas do segmento sucroalcooleiro a pagar indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 350 mil e por dano moral individual de R\$ 5 mil a cada trabalhador demitido entre maio e agosto de 2013.

Segundo o inquérito do Ministério Público do Trabalho, foram demitidos 75 trabalhadores, que totalizavam 100% do pessoal da indústria. O fato ocorreu após uma fiscalização empreendida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que interditou 90% dos equipamentos fabris, por falta de segurança no maquinário.

Na opinião do MPT, a demissão foi retaliação “à ação fiscalizadora do Estado, que exercendo o dever de polícia havia interditado equipamentos da empresa, e ao exercício da representação sindical, que desde 2012 vinha denunciando as más condições de trabalho oferecidas pela empresa”.

Na primeira instância, o juízo da Vara do Trabalho de Ourinhos absolveu a empresa e seu sócio da condenação ao pagamento das indenizações. A 6ª Turma do TRT-15 deu



provimento parcial ao recurso impetrado pelo MPT, reformando a sentença. “O direito prestativo do empregador de despedir empregados não pode ser interpretado de forma absoluta. Submete-se a determinados limites, sob o influxo do postulado da dignidade da pessoa humana, tanto nas despedidas individuais quando nas dispensas coletivas, cujas repercussões sociais são evidentemente mais graves”, escreveu em seu voto o desembargador relator João Batista Martins César.

**Motivo econômico ou tecnológico** - Em 2013, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho definiu que a demissão em massa deve ter um motivo, que pode ser econômico, tecnológico ou de alteração na estrutura da empresa. Uma crise financeira ou o fechamento de uma linha de produção são justificativas para uma dispensa coletiva. “O núcleo do conceito de demissão coletiva está associado a um fato objetivo alheio à pessoa do empregado”, afirmou a ministra Maria de Assis Calsing, relatora da ação analisada. Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.

*Fonte: Consultor Jurídico*

## Mulheres estão em desvantagem na disputa por cargos nas empresas, diz pesquisa

Na hora de decidir sobre uma promoção aos empregados ou escolher aquele que irá ocupar um cargo de liderança, as empresas ainda dão preferência aos homens. Pesquisa feita pela Câmara Americana de Comércio (Amcham) com 350 diretores e executivos de empresas mostra que para 76% dos consultados existe desigualdade de tratamento entre homens e mulheres na estrutura organizacional.

Na enquete, apenas 24% avaliaram como satisfatório o tratamento de gênero na sua empresa. Para 80% dos entrevistados, as mulheres são preteridas, principalmente, quando envolve a escolha para um cargo de gestão.

Segundo a pesquisa, 12% dos entrevistados acreditam que a falta de equidade é observada mais no teste de seleção quando a questão de gênero se sobrepõe ao fator competência.

Para 8% dos entrevistados, a diferença de tratamento é percebida durante o estágio do desenvolvimento. Para eles, as empresas investem mais em treinamentos quando se trata de trabalhadores do sexo masculino.

Ao serem questionados sobre as medidas para corrigir tais distorções, 47% defenderam que as empresas deveriam pagar salários iguais aos homens e mulheres que exercem as mesmas funções; 30% sugeriram o aumento do número de mulheres no quadro de funcionários e 23%

são entendem que é necessário igualar direitos e benefícios, independentemente, de gênero.

O fato de as mulheres terem um papel importante no desempenho das tarefas domésticas e na estrutura familiar foi justificado por 86% dos consultados como um empecilho à ascensão delas nas empresas. E 78% disseram que a maternidade ainda provoca interrupções em plano de carreira para mulheres executivas.

Mais da metade dos diretores e executivos consultados (52%) declararam não ter um programa formal ou uma ação de incentivo à equidade de gênero e apenas 19% mostraram estar satisfeitos com as ações e o estágio atual do seu programa de equidade.

Na avaliação da CEO da Amcham Brasil, Deborah Vieitas, a pesquisa indica a necessidade de buscar avanços em prol da igualdade de gênero. Em 98 anos, ela é a primeira mulher a comandar a maior câmara americana entre as 114 existentes fora dos Estados Unidos.

*Fonte: Agência Brasil*

## Advogados terão acesso garantido ao Ministério do Trabalho

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, assinou, na manhã desta terça-feira (08), portaria que reconhece as prerrogativas dos advogados no âmbito do Ministério do Trabalho. O documento, que deverá ser publicado ainda essa semana, garante aos advogados, dentre outros direitos, “livre acesso às repartições do Ministério em que deva praticar ato, obter prova



ou informação de que necessite para o exercício de sua profissão".

O Ministério do Trabalho terá ainda um prazo de até 30 dias para ceder uma sala para uso dos advogados. Para o ministro, o documento é importante para garantir o exercício da advocacia, a partir do atendimento e tratamento respeitoso por parte de servidores e autoridades.

O presidente da OAB, Cláudio Lamachia, parabenizou o Ministério do Trabalho pela iniciativa e disse esperar que sirva de exemplo para outras instituições públicas. "A importância é de reafirmarmos o que está na lei 8.906, sobre as prerrogativas da advocacia. O exemplo que o Ministério do Trabalho dá ao editar essa portaria e a presença do ministro aqui no Conselho Federal da OAB alegra a todos nós, pelo respeito que o Ministério do Trabalho demonstra à advocacia. Espero que essa portaria possa ser a primeira de várias regulamentando efetivamente o atendimento de advogados", afirma.

*Fonte: MT*

## **Meirelles defende reforma da Previdência como próxima etapa do ajuste fiscal**

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles reafirmou que a reforma da Previdência será a próxima medida para o governo a enfrentar o desequilíbrio fiscal do governo após a aprovação da PEC do Teto de Gastos em tramitação no Senado Federal. "O que está acontecendo no Rio

de Janeiro é didático", disse, referindo-se ao estado que propôs medidas para aumentar a contribuição previdenciária para enfrentar os problemas de caixa, segundo o governador Luiz Fernando Pezão.

Meirelles falou durante o seminário "Infraestrutura e desenvolvimento do Brasil", aberto nesta manhã pelo presidente Michel Temer e promovido pelo Valor Econômico, em Brasília, com patrocínio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e apoio do Banco de Desenvolvimento da América Latina.

Com as regras atuais, os gastos do governo, incluindo o crescimento das despesas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tornariam as contas do governo insustentáveis, segundo o ministro. "É necessário garantir que os programas de assistência social sejam para os que realmente precisam. Estão fazendo um pente fino e é bom ver os problemas", disse. Ontem (7), o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário anunciou que encontrou irregularidades em 1,136 milhão de benefícios do Bolsa Família. Meirelles informou que, se nada fosse feito, as despesas do INSS passariam dos atuais 8% do PIB em 2016 para 17,5% do PIB em 2060.

O ministro voltou a destacar que o país está vivendo a maior recessão do momento da história. Segundo ele, a partir da identificação desse fator, foi possível estabelecer uma base realista para construir a retomada do crescimento do país. "A crise é muito séria mas as medidas tomadas são decisivas e devidas há vários anos", disse.

Meirelles lembrou que o o problema central é o crescimento das despesas primárias do Governo Central (Tesouro, Banco Central e





Previdência Social). Segundo ele, nenhum governo fez reduções, desde os anos 1990, desses valores em proporção ao Produto Interno Bruto (PIB), soma de todas as riquezas do país. Ele destacou ainda as intervenções feitas nos governos passados em alguns setores, com impactos nos preços da gasolina e da energia elétrica, que “provocaram certos desarranjos na economia”. Segundo Meirelles, nos últimos anos, além do desequilíbrio estrutural da despesa, o orçamento público foi sobrecarregado pelos impactos de intervenções mal sucedidas do governo federal na economia.

*Fonte: Jusbrasil*

### **AGENDA PRESIDENTE**

#### **FRANCISCO CHAGAS COSTA - MAZINHO**

Preside, hoje, em Brasília, a última reunião do ano da Diretoria da CONTRICOM, na sede nacional da entidade.

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

***Francisco Chagas Costa – Mazinho***

Secretário para Assuntos de Comunicação

***Luis Carneiro Rocha***

Redação e Edição

***Instituto Dois Candangos (DF)***